

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Quinta-Feira, 11 de junho de 2026 | edição nº 1546

R\$ 2,50

SENADO APROVA PAUTA-BOMBA E AUTORIZA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS RURAIS SEM ACORDO COM GOVERNO

O plenário do Senado Federal ignorou os apelos do governo de Lula da Silva e aprovou nesta quarta-feira (10) um projeto de renegociação de dívidas de grandes produtores rurais. A medida é considerada uma pauta-bomba pela equipe econômica, que calcula um impacto fiscal de R\$ 817 bilhões para a União nos próximos 13 anos.

A votação ocorreu no desfecho de um dia marcado pelo avanço de outras pautas também custosas para os cofres federais. Comissões do Senado aprovaram uma PEC que afrouxa regras de aposentadoria para agentes de saúde e um projeto que eleva o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas.

Na negociação de dívidas

rurais, o Senado afirma que a proposta viabiliza a renegociação de R\$ 170 bilhões a R\$ 180 bilhões em débitos de produtores rurais, mediante o uso de recursos do Fundo Social do Pré-sal. Já a equipe econômica estima que o volume de dívidas alcançadas é bem maior e pode chegar a R\$ 1,39 trilhão.

Como o texto aprovado foi modificado, o projeto voltará à Câmara dos Deputados. Caso os deputados deem aval, o presidente Lula deve vetar a medida e, caso o veto seja derrubado, o governo avalia ir ao STF.

Sob relatoria do senador Renan Calheiros, o texto foi aprovado na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado na última semana de maio, sem o aval do Ministério da Fazenda. Apenas

o líder do governo na casa, Jaques Wagner, votou contra a aprovação do relatório.

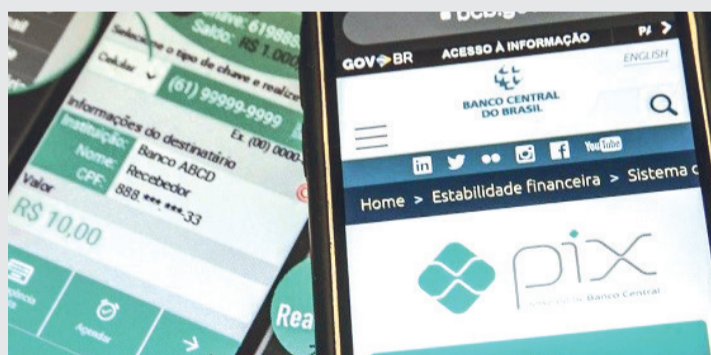
O sistema financeiro também vê a proposta com preocupação, sob o argumento de que as condições financeiras favoráveis à renegociação da dívida podem gerar risco aos bancos.

Houve uma tentativa de adiamento de última hora, em uma reunião entre o ministro Dario Durigan (Fazenda), Renan Calheiros e a senadora Tereza Cristina, no fim da tarde desta quarta. Na terça-feira (10), Durigan, Bruno Moretti (Planejamento) e José Guimarães (Relações Institucionais), fizeram um apelo ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, para evitar a aprovação de pautas-bomba.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Governo registra Pix como propriedade intelectual, e Lula usa sistema como marca política

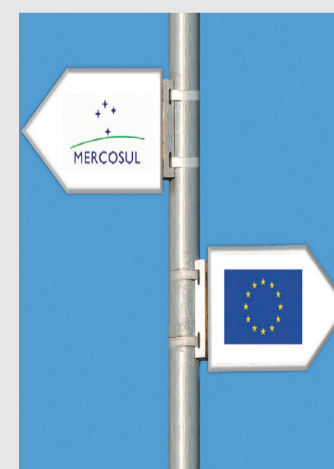
Lula abre vantagem e venceria Flávio Bolsonaro por 44% a 38% no 2º turno, diz Genial/Quaest

STF julga recursos e deve definir alcance de decisão que ampliou responsabilidade de big techs

Correios e gastos tributários; as ressalvas do TCU às contas do governo



Acordo Mercosul-UE só deve ter chancela de tribunal europeu no fim de 2027



NO MUNDO

Irã ataca base dos EUA na Jordânia e acirra tensão no Oriente Médio



A Guarda Revolucionária do Irã atacou nesta quarta-feira (10) uma base militar dos EUA na Jordânia e outros 21 alvos na região do Golfo Pérsico.

A ofensiva iraniana responde aos ataques aéreos que os EUA realizaram na região do Estreito de Hormuz. Os militares americanos atingiram radares e defesas iranianas após a derrubada de um helicóptero na terça-feira (9).

O presidente americano Trump defendeu a retaliação imediata contra o Irã. "Acredito que a resposta deveria ser muito forte, muito poderosa", disse Trump à emissora ABC News.

Os mísseis iranianos

miraram a base de al-Azraq, na Jordânia, usada por forças dos EUA. Segundo o governo iraniano, a ação buscou destruir hangares de caças F-35 e um centro de controle militar.

Drones e mísseis também foram lançados contra o Kuwait e o Bahrein. O Irã afirma ter atacado a base Ali Al Salem e a Quinta Frota dos EUA, mas sistemas de defesa locais interceptaram as ameaças.

Um oficial dos EUA afirmou de forma anônima que quase todos os projéteis iranianos foram abatidos. Até o momento, o governo americano não registra feridos ou danos graves em suas instalações na região.

Os confrontos represen-

tam a maior escalada de violência desde o acordo de cessar-fogo assinado em abril. A guerra começou em fevereiro de 2026, com ataques dos EUA e de Israel contra o território do Irã.

O bloqueio do Estreito de Hormuz pelo Irã afeta o comércio internacional de energia. A passagem concentra um quinto do petróleo mundial, e a nova rodada de hostilidades fez o preço do barril subir 1% na Ásia.

A tensão aumentou após a queda de um helicóptero Apache americano perto de Omã. A tripulação foi resgatada sem ferimentos após o ataque de um drone iraniano, embora o Irã negue operações ofensivas nas últimas horas.

Folhapress

Protestos anti-imigração terminam em violência e incêndios na Irlanda

Protestos contra a imigração terminaram em violência em Belfast, na Irlanda do Norte, após a divulgação de um ataque a faca e a convocação de atos por figuras da extrema direita.

Grupos com pessoas mascaradas incendiaram veículos e atacaram imóveis na noite de terça-feira em Belfast e arredores. Manifestantes bloquearam ruas e colocaram fogo em casas e carros, enquanto sirenes tocavam e um helicóptero policial sobrevoava a região.

Um ônibus do tipo Glider foi tomado e queimado na Newtownards Road, no leste da cidade. Também houve carros incendiados perto da Shankill Road e em Newtownabbey, segundo o jornal The Guardian.

A polícia diz que os distúrbios ocorreram em "bolsões" e pediu que a população evite novas ações de risco. "Bolsões esporádi-

cos de desordem eclodiram em vários locais da Irlanda do Norte nesta noite, incluindo incidentes em que vários veículos foram incendiados. Pedimos que todos mantenham a calma, ajam com responsabilidade e evitem qualquer atividade que possa colocar a si mesmos ou outras pessoas em risco", afirmou Ryan Henderson, assistente do chefe de polícia, ao The Guardian.

A onda de violência começou horas depois de postagens e apelos nas redes sociais estimularem pessoas a ir às ruas. As manifestações teriam sido impulsionadas por Elon Musk e pelo ativista de extrema direita Stephen Yaxley-Lennon, que se apresenta como Tommy Robinson.

O estopim foi um ataque a faca em Belfast que deixou um homem em estado crítico e levou à prisão de um suspeito.

Folhapress

Agência da ONU exige inspeção do programa nuclear do Irã, que protesta



A AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) aprovou nesta quarta-feira (10) uma resolução exigindo que o Irã permita a verificação de seu estoque de urânio enriquecido e que permita o acesso total de inspetores do órgão independente da ONU a suas instalações nucleares.

Texto semelhante no ano passado já pedia o retorno de inspeções, mas a verificação do inventário de urânio dos iranianos é uma novidade.

A representação de Teerã nas Nações Unidas protestou contra a decisão, aprovada por 21 dos 35 membros do conselho exe-

cutivo da AIEA em 1 de suas 5 reuniões anuais. Outros 10 Estados se abstiveram e 3 foram contra Rússia, China e Níger.

Proposta pelos Estados Unidos com apoio de Reino Unido, França e Alemanha, a resolução eleva ainda mais a tensão entre Washington e Teerã, que buscam uma solução diplomática para a crise no Oriente Médio que, travada, tem deslizado para troca de ataques nos últimos dias.

O programa nuclear iraniano está no centro da disputa com os EUA desde a década passada, quando em 2015 um acordo foi firmado para evitar que os aiatolás obtivessem a bomba atô-

mica e limitassem seu enriquecimento de urânio, matéria-prima de armamentos nucleares, por 15 anos.

Em seu primeiro mandato, Trump deixou o arranjo. O Irã aos poucos voltar a enriquecer urânio e, em 2025, acumulava 441 kg do material a 60%, o suficiente para talvez até 15 bombas de baixo rendimento.

De volta ao poder, Trump atacou instalações do programa nuclear em junho do ano passado, em apoio à guerra lançada então por Israel contra a teocracia. Apesar de dizer que havia obliterado as capacidades do rival, o republicano logo voltou a denunciá-las como ameaça.

Igor Gielow/ Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

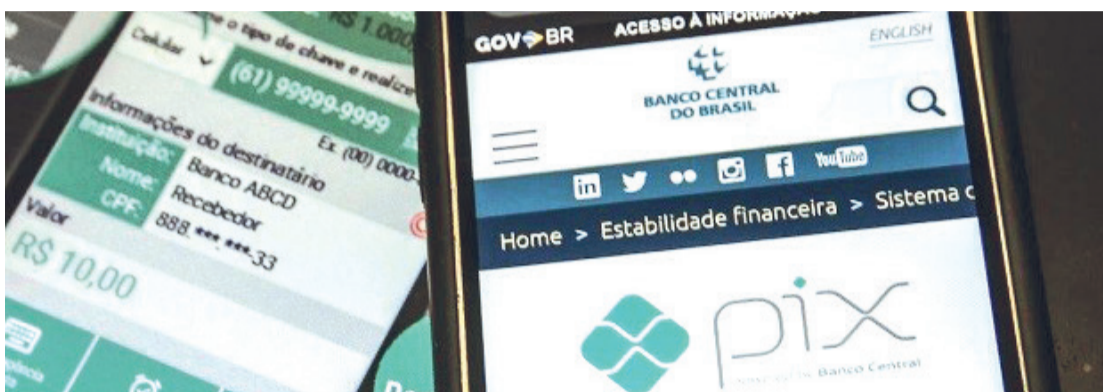
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Governo registra Pix como propriedade intelectual, e Lula usa sistema como marca política



O ministro Márcio Elias Rosa (Indústria e Comércio) disse nesta quarta-feira (10) que o Inpi (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) registrou o Pix como uma marca de alto renome associada ao Banco Central.

Essa classificação é dada a marcas reconhecidas pelo público geral e que carregam algum tipo de prestígio, tradição ou confiança construídas ao longo do tempo. Em tese, a medida protege o uso da marca em todos os níveis, mesmo que não relacionados a serviços financeiros.

O anúncio vem em um momento em que o mecanismo de pagamentos é alvo de ataques de autori-

dades dos Estados Unidos.

Além disso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca transformar o Pix em um símbolo nacional como forma de desgastar seu principal adversário na eleição de outubro deste ano, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Flávio e o bolsonarismo de forma geral buscam se alinhar a Donald Trump, presidente americano.

O escritório do representante comercial dos EUA publicou recentemente um relatório com diversas críticas ao sistema de pagamentos do BC.

"O Inpi registra como marca de grande renome o Pix do Brasil, associado ao Banco Central, e é na forma da lei da propriedade indus-

trial a maior proteção que se pode dar para a marca e para o símbolo", declarou Márcio Elias Rosa na sede do Ministério das Relações Exteriores durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, conhecido como Conselho.

De acordo com o Ministério da Indústria e Comércio, é a primeira marca vinculada a um órgão governamental a ser classificada como de alto renome. A medida deverá ser publicada na próxima semana.

O anúncio de Márcio Elias foi feito durante um momento da reunião em que Lula posou para foto segurando uma bandeira brasileira estilizada em homenagem ao Pix. Folhapress

Comissão do Senado aprova PEC que dá autonomia financeira ao BC

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (10), a PEC (proposta de emenda à Constituição) que dá autonomia financeira e administrativa ao Banco Central, apesar da oposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A aprovação se deu por votação simbólica, em que não há contabilização individual dos votos. Agora, a PEC precisa passar pelo plenário, onde é necessário o voto favorável de 49 dos 81 senadores em dois turnos.

Líder do governo e nome próximo do presidente Lula, o senador Jaques Wagner (PT-BA) transmitiu um pedido do ministro Dario Durigan (Fazenda) para que a votação fosse adiada, e os senadores chegaram a discutir suspender a sessão para negociações. A proposta de consenso foi ir adiante com a votação na CCJ nesta quarta, mas prever que a matéria seja levada a plenário apenas

na próxima semana.

Relatada pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM), a PEC estende a independência operacional, obtida pelo BC há cinco anos, a uma autonomia também administrativa, contábil, orçamentária e financeira. A proposta altera a natureza jurídica da autarquia para entidade pública de natureza especial e trata também do Pix, tema que deu novo contorno político à votação desta quarta.

A PEC, que tramita no Senado desde 2023 sob resistência do PT, é defendida pelo presidente do BC, Gabriel Galípolo, e tem o apoio da ANBCB (Associação Nacional de Auditores do Banco Central) e de gestores da entidade. Já sindicatos como o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central) e o Sinfed-DF (Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal) veem no texto um risco de enfraquecimento institucional da autarquia. Folhapress

Correios e gastos tributários; as ressalvas do TCU às contas do governo



O TCU aprovou, com ressalvas, as contas do presidente da República relativas ao exercício financeiro de 2025. Com isso, o parecer prévio será encaminhado ao Congresso Nacional, responsável pelo julgamento definitivo das contas presidenciais.

A modalidade reconhece a conformidade geral das contas com os princípios constitucionais e legais, mas registra não conformidades ou distorções materialmente relevantes. Isso significa que as irregularidades apontadas não comprometem a fidedignidade global das informações, mas evidenciam fragilidades que demandam aprimoramento por parte do Executivo.

A análise da Corte de Contas elenca oito "achados" relacionados a riscos,

fragilidades e impactos nas contas públicas.

O TCU constatou falhas relevantes no procedimento de análise e aprovação de garantia da União aos Correios na aprovação de crédito de R\$ 12 bilhões em dezembro de 2025, como parte do plano de reestruturação financeira da estatal.

Na avaliação da Corte de Contas, houve ausência de exame crítico das premissas do Plano de Reestruturação (projeções de receitas, despesas e fluxos de caixa). Segundo o TCU, a validação de dados fornecidos pela própria empresa ocorreu sem verificação independente.

Além disso, o tribunal considerou que a União, como acionista controladora, atuou tardiamente diante do agravamento da situação econômico-financeira da estatal.

O governo cumpriu a meta fiscal de 2025, mas foi materialmente insuficiente para estabilizar a dívida pública. Para os auditores do TCU, é necessário um superávit de 1,94% do PIB por ano para estabilizar a dívida em 2029. Para este ano, a equipe econômica projeta um superávit de 0,25% do PIB.

O TCU considerou que o alcance da meta de 2025 não se traduziu, na prática, em resultado compatível com o fortalecimento do equilíbrio fiscal. Em seu parecer, o tribunal ressalta a exclusão de R\$ 48,7 bilhões do cálculo da meta e uma alteração legal (Lei 15.246/2025) para assegurar o cumprimento da regra fiscal mirando o limite inferior; após a Corte de Contas registrar controvérsia sobre o tema. CNN

POLÍTICA

Lula abre vantagem e venceria Flávio Bolsonaro por 44% a 38% no 2º turno, diz Genial/Quaest



Pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta quarta-feira (10) mostra que o presidente Lula (PT) abriu vantagem sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em simulação de segundo turno e venceria o rival por 44% a 38% dos votos.

O levantamento é o primeiro do instituto a ser publicado após o caso "Dark Horse". Brancos, nulos e declarações de que não vão votar somam 14% e indecisos, 4%.

Em maio, na rodada anterior, o atual presidente aparecia com 42%, enquanto o congressista do PL tinha 41%, situação que configurava um empate dentro da margem de erro. Brancos, nulos e quem diz

que não vai votar eram 14%, e indecisos, 3%.

A Quaest ouviu 2.004 eleitores de 16 anos ou mais por meio de entrevistas pessoais, domiciliares e presenciais feitas de 5 a 8 de junho. O nível de confiança das estimativas é de 95%, e a margem de erro máxima prevista é de cerca de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa está registrada sob o código BR-07661/2026.

Entre eleitores considerados de perfil independente, que em maio se dividiam entre Lula (29%) e Flávio (31%), o petista agora aparece na dianteira. O atual presidente tem 37%, contra 24% do senador. Para este grupo, a margem de erro é de quatro pontos percentuais.

Na simulação de primeiro turno, saíram Aldo Rebelo, expulso do DC, e Hertz Dias (PSTU), e foram testados pela primeira vez os nomes de Aécio Neves (PSDB), Edmilson Costa (PCB), Joaquim Barbosa (DC) e Heró Bezerra (PRTB).

Também nesse cenário Lula mantém a liderança, com 39% das intenções de voto, seguido por Flávio, com 29%.

O desempenho é aferido após a divulgação do áudio de uma conversa entre Flávio e Daniel Vorcaro em que o senador pedia dinheiro para o financiamento do filme "Dark Horse", uma autobiografia do pai, Jair. O ex-banqueiro chegou a transferir R\$ 61 milhões.

Folhapress

Partilha do fundo eleitoral gera apreensão no PL devido a temor de falta de verba para deputados

A partilha do fundo eleitoral tem gerado apreensão no PL sobre o investimento em campanhas de deputados federais. A sigla terá R\$ 881,6 milhões, a segunda maior fatia no ranking, mas lideranças se preocupam com a concentração dessa verba diante da prioridade das candidaturas de Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência e também de senadores.

Caciques do PL olham com atenção para a federação União Progressista. A aliança do PP com o União Brasil concentra a maior parte do fundo eleitoral, com R\$ 943,3 milhões. Diferentemente da sigla de Jair Bolsonaro, porém, esse "superpartido" do centrão vai priorizar a eleição de deputados federais e planeja gastar pelo menos R\$ 400 milhões somente para aumentar sua bancada na Câmara.

União Brasil e PP hoje somam 98 deputados e, com a federação, vão funcionar como um só partido no pleito deste ano. Esse

modelo de aliança facilita a eleição de deputados, pois o número de eleitos para a Câmara e Assembleias Legislativas é feito no sistema proporcional, com divisão de vagas por votos que cada legenda recebe.

O PL ocupa 97 cadeiras na Câmara e pretende eleger 115 representantes na Casa este ano. Essa vontade, porém, precisará ser conciliada inicialmente com Flávio Bolsonaro. O partido faz uma estimativa inicial de investimento na candidatura presidencial na casa dos R\$ 120 milhões.

A expectativa de dirigentes partidários é que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) mantenha o teto das candidaturas presidenciais próximo ao da eleição passada. A avaliação parte do entendimento de que o fundo eleitoral não sofreu alteração significativa entre 2022 e 2026, permanecendo na casa dos R\$ 4,9 bilhões, então o limite de gastos também não deve ser corrigido significativamente.

Folhapress

STF julga recursos e deve definir alcance de decisão que ampliou responsabilidade de big techs

O tema da regulação e responsabilidade das big techs volta nesta quarta-feira (10) à análise do STF, desta vez para julgamento de recursos que podem delimitar a decisão da corte que fixou novas obrigações para as plataformas digitais e gerou questionamentos de empresas e entidades da sociedade civil.

Os ministros do tribunal se debruçarão sobre contestações que buscam, sob perspectivas distintas, restrições às regras impostas, além de melhor detalhamento, um ano depois do julgamento que impôs as principais mudanças no assunto desde a vigência do Marco Civil da Internet, em 2024, e semanas depois de

Lula (PT) publicar decretos a partir da própria decisão do tribunal. No Congresso, a oposição se movimentou para tentar derrubar tais textos.

Serão analisados 12 recursos, apresentados tanto pelas empresas partes do processo, Facebook e Google, quanto por plataformas, entidades e organizações da sociedade civil que foram admitidas como amigos da corte nessas ações para contribuir com o debate.

Entre os pontos questionados nos recursos estão a quais atores as regras se aplicariam: se a empresas de qualquer tamanho e porte econômico e se haveria outras exceções além das já definidas pela corte, a depender do tipo da plataforma, como no caso da en-

ciclopédia online Wikipedia.

A decisão do STF foi proferida em junho do ano passado, enquanto o acórdão do julgamento, que a formalizou, foi publicado em novembro. Na ocasião, a corte se debruçou sobre duas ações relatadas respectivamente pelos ministros Dias Toffoli e Luiz Fux. Ao analisá-las, o plenário do Supremo estabeleceu uma tese com 14 pontos e que, na prática, se aproxima a uma regulação de plataformas.

Segundo o artigo 19 do Marco Civil da Internet, as redes sociais só estavam sujeitas a pagar indenização por um conteúdo postado por terceiros se, após uma decisão judicial ordenando a retirada, mantivessem um conteúdo no ar.

Folhapress



PUBLICIDADE LEGAL

Norte Buss Transportes S.A.

CNPJ nº 21.692.479/0001-44

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais – R\$)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Ativo	2025	2024	Histórico	Capital subscrito	Capital subscrito em tesouraria	Recurso p/ Fut. Aum. Cap	Reserva de lucros	Ajuste Avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total		
Circulante	117.051.172	98.246.123	Saldo em 31/12/2023	225.000.000	-	-	19.102	9.640.578	(172.451.826)	62.207.854	62.207.854	
Disponível	497.245	886.431	Prejuízo acumulados do período	-	-	-	-	-	(15.364.029)	(15.364.029)	(15.364.029)	
Contas a receber	22.775.931	13.706.484	Saldo em 31/12/2024	225.000.000	-	-	19.102	9.640.578	(187.815.855)	46.843.825	46.843.825	
Operações a receber	30.962.454	-	Capital subscrito em tesouraria	-	(10.147.059)	-	-	-	-	(10.147.059)	(10.147.059)	
Outros créditos	49.456.502	78.113.002	Recurso p/ fut. aumento de cap.	-	-	3.800.000	-	-	-	3.800.000	3.800.000	
Estoques	13.025.931	5.046.221	Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	(268.618)	(268.618)	
Despesas pagas antecipadamente	333.109	493.986	Saldo em 31/12/2025	225.000.000	(10.147.059)	3.800.000	19.102	9.640.578	(188.084.473)	40.228.148	40.228.148	
Não circulante	206.326.381	202.486.521										
Depósito e valores vinculados	83.252	20.705										
Transações c/ partes rel.	52.982.804	58.820.282										
Participações societárias	1.445.851	1.510.535										
Outros investimentos permanentes	1.937.456	-										
Imobilizado / bens em operação	149.877.017	142.134.999										
Bens imóveis	34.557.548	26.694.353										
Veículos	365.248.874	324.992.711										
Outros bens de apoio	27.024.825	23.931.999										
Imobilizações em andamento	-	3.119.122										
Depreciação acumulada	(276.954.230)	(236.603.185)										
Total do ativo	323.377.553	300.732.644										
Passivo												
Circulante	146.011.385	143.671.927										
Contas a pagar	-	5.525.167										
Valores a pagar	39.744.186	40.121.849										
Obrigações fiscais	33.258.774	26.447.440										
Obrigações trab. e previdenciárias	48.150.881	45.972.211										
Recebimentos antecipados	8.829.372	-										
Obrigações por empr. e financiamentos	16.028.172	25.605.260										
Não circulante	137.138.020	110.216.891										
Valores a pagar	3.966.630	6.142.500										
Empréstimos e financiamentos	34.091.347	17.375.650										
Mutuos	2.065.000	2.485.000										
Parcelamentos fiscais e prev	86.749.960	74.544.839										
Riscos fiscais e outros passivos contingentes	10.265.083	9.668.902										
Patrimônio líquido	40.228.148	46.843.826										
Capital social	225.000.000	225.000.000										
(-) Ações em tesouraria	(10.147.059)	-										
Recurso p/ fut. Aum. Cap	3.800.000	-										
Reserva de lucros	19.102	19.102										
Ajuste de avaliação patrimonial	9.640.578	9.640.578										
Resultados acumulados	(188.084.473)	(187.815.855)										
Total do passivo	323.377.553	300.732.644										

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS										DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
	2025	2024	Descrição	2025	2024	Ajustes para conciliar o resultado às dispon. geradas pelas ativ. operacionais		2025		2024				
Receita operacional	723.815.632	660.585.924	Receitas	719.104.340	651.055.050	Ajustes para conciliar o resultado às dispon. geradas pelas ativ. operacionais								
Receita com prestação de serviço público	723.815.632	660.585.924	Receita com prestação de serviço público	723.815.632	660.585.924	Resultado do exercício/período		(268.618)		(15.364.029)				
Outras receitas	577.240	116.930	Outras receitas	577.240	116.930	Depreciação e amortização		44.517.695		33.871.127				
(-) Deduções da receita bruta	(1.388.531)	(9.647.805)	Abatimentos ou descontos incondicionais	(1.388.531)	(9.647.805)	Equivalência patrimonial		64.684		-				
Receita operacional líquida	723.004.340	651.055.050	Provisão para perdas em créditos	(3.900.000)	-	Ganho na venda de imobilizado		(1.609.883)		-				
(-) Custos	(580.504.209)	(555.845.842)	Insunhos adquiridos de terceiros	322.545.797	307.037.805	Provisões de contingências		596.182		-				
Lucro bruto operacional	142.500.131	95.209.208	Custos dos serviços prestados	220.207.620	226.629.712	Provisão para perdas em créditos		3.900.000		-				
(-) Despesas operacionais	(116.864.253)	(94.908.667)	Serviços de terceiros (consultoria, informática, fretes, etc.)	15.031.309	16.989.153	Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Administrativas	(92.675.352)	(75.131.022)	Despesas administrativas	61.350.389	48.005.066	Variações nos ativos e passivos								
Tributárias	(24.124.218)	(19.412.749)	Despesas financeiras	25.956.479	15.413.874	(Aumento) redução em contas a receber		(23.255.111)		(19.656.199)				
Ganhos/perdas de capital	(64.684)	(364.896)	Valor adicionado bruto	396.558.544	344.017.245	(Aumento) redução em realizável a longo prazo		5.774.931		8.897.362				
Resultado líquido antes dos efeitos financeiros	25.635.878	300.541	Depreciação	33.863.340	33.871.127	Aumento (redução) em fornecedores		(2.765.885)		8.750.342				
Efeitos financeiros líquidos	(25.904.496)	(15.392.242)	Valor adicionado líquido produzido	362.695.204	310.146.118	Aumento (redução) em contas a pagar e provisões		21.939.170		17.800.146				
Despesas financeiras	(25.956.479)	(15.413.874)	Valor adicionado recebido em transferência	(12.700)	(343.263)	Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social		(589.489)		(723.369)				
Receitas financeiras	51.983	21.632	Outras receitas financeiras	51.983	21.632	Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas atividades operacionais)		48.303.674		33.575.381				
Resultado líquido antes da provisão de impostos e Contribuições	(268.618)	(15.091.701)	Resultado de equivalência patrimonial	(64.684)	(364.896)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Imposto de renda pessoa jurídica	-	(193.888)	Valor adicionado total a distribuir	362.682.503	309.802.854	Compras de imobilizado		(51.079.770)		(36.742.456)				
Contribuição social	-	(78.440)	Distribuição do valor adicionado	273.597.123	244.048.565	Venda de imobilizado		1.733.379		983.156				
Resultado líquido do exercício	(268.618)	(15.364.029)	Pessoal e encargos	273.597.123	244.048.565	Aquisição de investimentos controladas/coligadas		(1.937.456)		(364.896)				
			Remuneração direta	187.448.646	172.563.844	Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas nas atividades de Investimentos)		(51.283.847)		(36.124.195)				
			Encargos previdenciários	27.297.235	17.246.784	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos								
			Benefícios	42.561.661	39.031.842	Adiantamento para futuro aumento de capital		3.800.000		-				
			Fgts	16.289.581	15.206.094	Ações em tesouraria		(10.147.059)		-				
			Impostos, taxas e contribuições	25.949.075	21.153.258	Pagamento pgfn		(12.533.947)		(11.064.943)				
			Municipais	694.205	573.428	Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(49.608.334)		(58.217.615)				
			Federais	24.124.218	19.685.077	Empréstimos tomados		71.080.328		69.417.756				
			Estaduais	1.130.652	894.753	Disponibilidades liq geradas (aplicadas nas atividades de financiamentos)		2.590.988		135.198				
			Remuneração de capitais de terceiros	63.404.924	59.965.060	Aumento (redução) nas disponibilidades		(389.186)		(1.683.825)				
			Serviços prestados por Eireli'S (produção das linhas)	53.295.286	51.436.071	No início do período		886.431		2.570.255				
			Aluguéis	10.109.638	8.528.990	No final do período		497.245		886.431				
			Remuneração de capital próprio	268.618	15.364.029									
			Resultado do período	268.618	15.364.029									
			Total distribuído	362.682.503	309.802.854									

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, à medida que os serviços de transporte são prestados, sendo mensuradas pelo valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento original inferior a 90 dias, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. **d) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são registradas pelo valor contratual e avaliadas quanto à recuperabilidade conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Administração avaliou o risco de crédito com base no histórico de recebimento junto à SPTrans e concluiu que não há perdas esperadas relevantes. **e) Estoques:** Os estoques são compostos por peças, componentes, insumos e combustíveis utilizados na manutenção e operação da frota. São mensurados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor realizável líquido, conforme CPC 16 – Estoques. A Companhia realiza inventários físicos periódicos para validação dos saldos. Os materiais de escritório e informática, para o funcionamento administrativo, possuem controle físico de estoques em local específico, porém os valores são reconhecidos diretamente nas despesas. Compõe as despesas operacionais, despesas administrativas, despesas com pessoal, locações, despesas com conservação e manutenção e despesas com materiais de escritório. As despesas tributárias são compostas pela desoneração da folha de pagamento, parcelamento ordinário da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Provisão para perdas em créditos e os Ganhos e Perdas de Capital se referem a perda no Resultado de Equivalência patrimonial no investimento em sua Controlada. **Receitas e Despesas Financeiras:** 31/12/2025 31/12/2024 Despesas Financeiras (25.956.479) (15.413.874) Receitas Financeiras 51.983 21.632 **Total (25.904.496) (15.392.242)** As receitas financeiras são compostas por descontos obtidos e receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras são compostas por juros de boletos pagos com atraso dos fornecedores e prestadores de serviço. **31. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL):** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou resultado contábil positivo. Entretanto, para fins fiscais, foi apurado prejuízo fiscal no período, conforme demonstrado no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), não havendo base tributável para cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A diferença entre o resultado contábil e o resultado fiscal decorre, principalmente, de ajustes efetuados no LALUR, relacionados a diferenças temporárias e permanentes entre os critérios contábeis e fiscais, incluindo, entre outros, diferenças na depreciação de ativos, despesas não dedutíveis e outros da recuperabilidade dos ativos e avaliação de medidas de recomposição patrimonial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto. **Outros Assuntos:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nos examinados, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 24 de abril de 2025, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração é responsável pelas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando em continuidade operacional, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a menos que pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Entre outros aspectos: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis; • Concluímos sobre a continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral das demonstrações contábeis. Comunicamos-nos com a Administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações relevantes, incluindo eventuais deficiências significativas de controle interno. Bebedouro (SP), 30 de abril de 2026. **MB Auditores Independentes Sociedade Simples.** - CRC - 2SP 021390/0-7 **Marcelo Bock** - CRC - 1SP 128.524/0-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e acionistas da NORTE BUSS TRANSPORTES S.A. CNPJ: 21.692.479/0001-44 Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Norte Buss Transportes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Norte Buss Transportes S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Assunto relevante divulgado nas demonstrações contábeis (Ênfase):** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 8, a Companhia mantém valores registrados no ativo, decorrentes da assunção de obrigações relacionadas à cooperativa Transcooper. A Administração informou que vem adotando medidas voltadas ao equacionamento desses valores, incluindo reconhecimento parcial de provisão para perdas, acompanhamento

Jeremias Jose Pereira - Responsável Legal
Rogério Barucci - Contador - CRC nº 1SP168507/0-3



PUBLICIDADE LEGAL

Companhia AIX de Participações

CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/25 e 2024. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimentos julgados necessários. São Paulo, 15 de maio de 2026. A Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		31/12/25		31/12/24	
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa		40.236	34.665		
Contas a receber		6.755	7.145		
Partes relacionadas		2.867	2.691		
Impostos a recuperar		1.231	944		
Seguros a vencer		1.190	326		
Outros ativos		4			
Total do ativo circulante		52.283	45.774		
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais		797	2.467		
Imobilizado		2.050	1.585		
Intangível		3			
Total do ativo não circulante		2.850	4.060		
Total do ativo		55.133	49.834		
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores		4.629	4.969		
Obrigações trabalhistas		331	306		
Impostos e contribuições a recolher		725	415		
Total do passivo circulante		5.685	5.690		
Passivo não circulante					
Bônus a pagar		2.756	2.660		
Provisão para contingências		22.682	20.067		
Provisão para honorários advocatícios		3.737	3.688		
Total passivo não circulante		29.175	26.415		
Patrimônio líquido					
Capital social		18.967	18.967		
Reserva Legal		65			
Reserva de lucros		1.241			
Prejuízos Acumulados			(1.238)		
Total do patrimônio líquido		20.273	17.729		
Total do passivo e patrimônio líquido		55.133	49.834		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		31/12/25		31/12/24	
Receita líquida		71.521	67.521		
Custo dos serviços prestados		(58.011)	(60.549)		
Lucro bruto		13.510	6.972		
Recargas (despesas) operacionais					
Com pessoal		(5.088)	(5.816)		
Gerais e administrativas		(2.919)	(2.899)		
Tributárias		(355)	(187)		
Outras receitas (despesas), líquidas		(4.170)	(2.198)		
Lucro antes do resultado financeiro		978	(4.128)		
Resultado financeiro					
Resultado financeiro líquido		4.406	2.817		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		5.384	(1.311)		
IRPJ e CSLL		(2.840)	(337)		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		2.544	(1.648)		

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		31/12/25		31/12/24	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		5.384	(1.311)		
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa					
Depreciação e amortização		522	578		
Baixas de imobilizado e intangível		363			
Provisão para honorários advocatícios		49	13		
Atualização monetária - depósitos judiciais		(390)	75		
Provisão para contingências		4.675	2.208		
Provisão para pagamento de bônus		96	133		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber e partes relacionadas		214	2.686		
Resgate de depósito judicial			3.415		
Impostos a recuperar		(287)	(670)		
Seguros a vencer		(864)	372		
Outros ativos		(1)	27		
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(340)	(26)		
Impostos e contrib. a recolher e obrigações trabalhistas		335	(842)		
Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios			(100)		
Caixa proveniente das atividades operacionais		9.756	6.558		
IRPJ e CSLL pagos no exercício		(2.840)	(337)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		6.916	6.221		
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado e intangível		(1.345)	(100)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.345)	(100)		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		5.571	6.121		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.665	28.544		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		40.236	34.665		
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		5.571	6.121		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		31/12/25		31/12/24	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		2.544	(1.648)		
Outros componentes do result. abrangente do exercício					
Resultado abrangente do exercício		2.544	(1.648)		

DIRETORIA	
Contadora: Viviane Lacerda de Melo	CRC nº 1SP315.293/O-9

OAK Holding S.A.

CNPJ/MF 37.863.454/0001-04 - NIRE 35.300.558.065

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da OAK Holding S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), a realizar-se de forma exclusivamente digital, no dia 19 de junho de 2026, às 14h30, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), com a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Diante da renúncia da conselheira Stella Dias Ferreira, deliberar sobre a eleição do Sr. Matheus Faria Marchioni, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 37.631.243-9 e inscrito no CPF/MF sob o nº 432.751.248-62, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar (parte), Itaim Bibi, CEP 04538-133, como membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia, para o restante do mandato aplicável, ou seja, até 17 de maio de 2028. (ii) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação da deliberação, se aprovada. A assembleia será realizada por meio da Plataforma Digital, cujo link de acesso será disponibilizado aos Acionistas que manifestarem interesse em participar, mediante envio de solicitação para o e-mail: renata.teixeira@oakberry.com, até 2 (dois) dias antes da data da assembleia. **Informações Gerais:** I.1. **Credenciamento dos Acionistas.** Os acionistas, pessoalmente ou por meio de procurador, poderão participar da AGE virtualmente. Para tanto, deverão solicitar sua habilitação até as 10h00 do dia 16 de junho de 2026, mediante envio dos seguintes dados ao e-mail renata.teixeira@oakberry.com: (i) Nome completo ou razão social; (ii) CPF ou CNPJ (conforme o caso); (iii) Dados de contato (e-mail e telefone); e (iv) Instrumento de representação conforme indicado no item I.2. abaixo. Após a verificação dos documentos, será enviado, ao e-mail indicado, o link de acesso exclusivo à Plataforma Digital. O link é pessoal, intransferível e não poderá ser compartilhado com terceiros. Caso o Acionista habilitado não receba o link com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da realização da AGE, deverá contatar a Companhia até as 9h00 do dia 19 de junho de 2026, pelo e-mail renata.teixeira@oakberry.com. A Companhia recomenda que o acesso à plataforma seja feito com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência, para assegurar a validação do credenciamento. I.2. **Documentos Necessários para a Participação.** Poderão participar da AGE os Acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, observado o artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações que apresentem os seguintes documentos: (i) **Pessoa física:** documento de identidade com foto, caso o Acionista seja pessoa física; (ii) **Pessoa jurídica:** último estatuto ou contrato social consolidado e a documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) **Fundo de investimento:** último regulamento consolidado do fundo de investimento, o estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Se houver representação por procurador, o instrumento de mandato deverá observar o §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. I.3. **Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por falhas técnicas ou de conexão dos acionistas. Recomenda-se familiaridade prévia com o uso da plataforma e verificação de compatibilidade dos dispositivos de acesso. São Paulo, 11 de junho de 2026. **Georgios Pucetti Frangulis** - Membro do Conselho de Administração

Maurício de Sousa Produções S.A.

CNPJ/MF nº 47.257.902/0001-71

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Srs. Acionistas da Maurício de Sousa Produções S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em primeira convocação 17/06/2026, às 15h, na modalidade híbrida, sendo, presencialmente, na R. Werner Von Siemens, 111, Condomínio E-Business Park, prédio 19, espaço 01, Lapa de Baixo, São Paulo/SP, CEP 05069-010 e, por meio de sistema eletrônico, em link de acesso a ser compartilhado. Será oportunizado aos Acionistas deliberar, discutir e votar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2025; e (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, com a ratificação e ajuste da distribuição de dividendos intercalares antecipada em janeiro de 2026. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral Ordinária mediante apresentação do mandato de representação, outorgado na forma do art. 126, §1º, da Lei Federal 6.404/76; e o sistema eletrônico e link de acesso para participação na Assembleia Geral Ordinária serão informados por e-mail até 24 (vinte e quatro) horas antes do conclave aos Acionistas e Diretores, nos termos do §1º do art. 121, da Lei Federal 6.404/76. A convocação foi realizada pelo Diretor Presidente Maurício Araújo de Souza, nos termos do artigo 15, §1º do Estatuto Social, representado por seus curadores em conformidade com a decisão proferida no processo 1013379-08.2025.8.26.0004, São Paulo, 03/06/2026. **Maurício Araújo de Souza**, P. seus curadores, conforme a Decisão Diretor Presidente. (09, 10 e 11/06/2026)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 - NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 17 de junho de 2026, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a redação dos Códigos de Conduta de Funcionários (versão 5) e de Terceiros (versão 3), bem como da ata anual de análise crítica da Gestão Antissuborno referente ao exercício de 2026, em atendimento aos requisitos aplicáveis da ISO 37001; e (ii) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 09 de junho de 2026. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** - Diretor Presidente; **Sandro Morais Nogueira** - Diretor Administrativo e Financeiro. (09, 10 e 11/06/2026)

BMP Sociedade de Crédito Direto S.A

CNPJ/ME nº 34.337.707/0001-00 - NIRE 35.300.539.117

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2026

Em 28/04/2026, às 14h30, na sede social. **Quórum:** Acionistas da companhia representando 100% do capital social. **Convocação:** Em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do Capital Social com direito a voto. **Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Benitez; Secretária: Flavia Santana De Almeida Massini. **Deliberações aprovadas:** 1. Aprovados o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31/12/2025. Informado que o resultado do exercício apresentou um lucro de R\$ 64.172.493,09. Foi aprovada a seguinte destinação, conforme o Estatuto Social: (i) pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 16.043.123,27 na proporção da participação de cada acionista no capital social, na razão de R\$ 2,29 por ação do capital social. (ii) constituição da Reserva Especial de Lucros - Outras com o saldo remanescente no valor de R\$ 48.129.369,82, que ficarão à disposição da assembleia para futuras destinações; (iii) Re-ratificação da distribuição de lucros durante o ano de 2025 no valor de R\$ 61.080.644,67, incluído neste, os dividendos mínimos obrigatórios, conforme AGE de 17/05/2025 registrada sob nº 1.206.676/25-5 em 30/06/2025 e AGE de 17/11/2025 registrada sob nº 1.408.401/25-3 em 01/12/2025. 2. Aceita e aprovada a Renúncia do Sr. Carlos Alberto Domingues do Cargo de Diretor, permanecendo o referido cargo vago, sem reposição imediata, até posterior deliberação. **Auditores Independentes:** Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Companhia, devidamente autenticados pela Mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. Nada mais. JUCESP nº 223.614/26-9 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92 - NIRE 35.300.438.507

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2026

Data, Hora e Local: 30/04/2026, às 10h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. José Roberto Correa Teixeira Ferraz, Presidente e Sra. Janete da Silva Cesário, Secretária. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade: 1. **Aprovar** a lavratura da ata na forma de sumário. 2. **Aprovar** as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025. 3. **Aprovar** a destinação do resultado **negativo**, conforme o prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31/12/2025, de R\$ 3.940.865,37, o qual será destinado à conta de reserva de prejuízos acumulados da Companhia. 3.1. **Consignar** que os acionistas não fazem jus ao recebimento do dividendo mínimo obrigatório relativos à sua participação societária na Companhia. 4. **Ratificar** a remuneração global anual paga aos membros da administração com relação ao exercício social encerrado em 31/12/2025, de R\$ 7.759.095,31. 5. **Aprovar** o limite da remuneração global anual da administração para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026, de até R\$ 9.189.655,97. 6. **Aprovar** a reeleição dos membros do Conselho de Administração: (i) o Sr. José Roberto Correa Teixeira Ferraz, RG nº 13.899.846, SSP/SP, CPF nº 091.400.828-57, como **Presidente do Conselho de Administração**; (ii) o Sr. Eduardo Gromatzky, RG nº 27.692.212-8, SSP/SP, CPF nº 326.823.858-00, como **Membro do Conselho de Administração**; e (iii) o Sr. Leandro Minoru Ishiy, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 04052340744, e do CPF nº 368.662.328-56, como **Membro do Conselho de Administração**, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31/12/2026, que poderá se estender até a posse dos seus respectivos sucessores. 6.1. Os conselheiros, ora reeleitos, tomam posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, e aceitam o cargo para o qual foram reeleitos, declarando, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer sua função por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. 7. **Autorizar** os administradores da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora tomadas. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Rio Claro/SP, 30/04/2026. **Mesa:** José Roberto Correa Teixeira Ferraz - Presidente; Janete da Silva Cesário - Secretária. JUCESP - Registro nº 226.918/26-9 em 08/06/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,1757 / R\$ 5,1763 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,1666 / R\$ 5,1686 *

Turismo - R\$ 5,1969 /

R\$ 5,3769

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: -0,18%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: &#8722;0,7%

Pontos: 168.619

Volume financeiro:

R\$ bilhões

Maiores altas: Marfrig

ON (2,71%), SLC Agrí-

cola S.A ON (2,27%),

Caixa Seguridade ON

(2,17%)

Maiores baixas: TOTVS

SA ON (-7,02%), Maga-

zine Luiza ON (-6,74%),

Natura ON (-5,65%)

S&P 500 (Nova York):

-1,62%

Dow Jones (Nova York):

-1,87%

Nasdaq (Nova York):

-1,98%

CAC 40 (Paris): -0,51%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,97%

Financial 100 (Lon-

dres): 0,27%

Nikkei 225 (Tóquio):

-1,89%

Hang Seng (Hong

Kong): -0,64%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,42%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,11%

Merval (Buenos Aires):

0,08%

IPC (México): -0,9%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Abril 2025: 0,43%

Maio 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

PUBLICIDADE LEGAL

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – Companhia Aberta

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 24 de abril de 2026

Data, Hora e Local: 24/04/2026, às 10h30, na sede social da Allied Tecnologia S.A. ("Assembleia" e "Companhia", respectivamente). **Convocação:** A Convocação foi publicada no jornal Data Mercantil nas edições: (i) impressa de São Paulo dos dias 25, 26 e 27/03/2026, nas páginas 05, 07 e 09, respectivamente, e (ii) online, nos mesmos dias, nas páginas 02, 24 e 46, respectivamente. **Presença:** Presentes, em primeira convocação, em sede de AGE, titulares de 64.602.141 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 67,32% do capital social total e com direito a voto da Companhia, e, em sede de AGE, titulares de 64.673.754 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, representando 67,40% do capital social total e com direito a voto. **Mesa:** Sr. Evaristo Dumont de Lucena Pereira, Presidente e Sra. Caroline Freitas de Souza, Secretária. **Ordem do Dia:** **Em AGO:** (i) as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (ii) a destinação do resultado da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (iii) a fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; (iv) a eleição de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027; e (v) a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026; e, **Em AGE:** (i) a aprovação da alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em razão dos aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado; (ii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia em razão da aprovação das deliberações anteriores; e (iii) a autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Deliberações:** Os acionistas tomaram as deliberações que seguem: **Em AGO:** (I) **As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025.** Aprovar, com 59.347.399 votos favoráveis, 345 votos contrários e 5.254.397 abstenções, sem quaisquer reservas ou ressalvas, as demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2025. (II) **A destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025.** Aprovar, com 64.597.946 votos favoráveis, 1.045 votos contrários e 3.150 abstenções, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025, no montante total R\$ 332.711.556,65, da seguinte forma: (a) R\$ 16.635.577,83, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, para a composição da reserva legal, nos termos do art. 193, caput e § 1º, da Lei das S.A. e do artigo 42, (b), do Estatuto Social da Companhia; (b) 276.075.978,82 para a recomposição da reserva de incentivos fiscais, nos termos do art. 195-A da Lei das S.A. e do artigo 42, (d), do Estatuto Social da Companhia; e (c) R\$ 40.000.000,00 para o pagamento de juros sobre capital próprio, aos acionistas, conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 15/12/2025, que declarou e distribuiu R\$ 40.000.000,00, que foram pagos em parcela única no dia 31/03/2026, imputado ao dividendo mínimo obrigatório líquido dos impostos incidentes, nos termos da legislação aplicável, nos termos do artigo 42, (e), do Estatuto Social da Companhia. (III) **A fixação do número de membros a compor o Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.** Aprovar, com 64.565.776 votos favoráveis, 33.675 votos contrários e 2.690 abstenções, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, a proposta da Administração para aumentar o número de membros que compõem o Conselho de Administração, passando de 5 para 7 membros efetivos a compor o Conselho de Administração da Companhia durante o mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027. (IV) **A eleição de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia para o mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027.** Aprovar, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a eleição dos 2 membros a seguir identificados, para integrarem o atual quadro do conselho de administração, cumprindo o mandato vigente, que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2027: **Silvio Stagni**, RG nº 8.137.367 SSP/SP, CPF/MF nº 056.088.978-03; com 63.316.406 votos favoráveis, 1.279.772 votos contrários e 5.963 abstenções; e **Ludmila Celeste Mangili**, RG nº 6786512 SESP PR, CPF/MF nº 039.106.939-03; consignando a sua condição de membro independente, com 64.499.068 votos favoráveis, 96.795 votos contrários e 6.278 abstenções. A posse dos membros do Conselho de Administração ora eleitos fica subordinada à: (i) apresentação e declaração de desimpedimento, nos termos da Lei das S.A.; e (ii) assinatura do termo de posse, lavrado em livro próprio da Companhia. Desta forma, o Conselho de Administração da Companhia passa a ser composto pelos 07 membros efetivos a seguir identificados, todos com mandato que se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia que será realizada em 2027: Rafael Patury Carneiro Leão (membro efetivo) Marcelo Radomysler (membro efetivo); Flavio Benicio Jansen Ferreira (membro efetivo); Silvio Stagni (membro efetivo); Claudio Roberto Ely (membro independente); Carla Alessandra Trematore (membro independente); Ludmila Celeste Mangili (membro independente). (V) **A fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026.** Aprovar, com 59.365.291 votos favoráveis, 2.795 votos contrários e 5.234.055 abstenções, sem quaisquer reservas ou ressalvas, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, que compreende a remuneração da Diretoria Estatutária da Companhia e do Conselho de Administração, para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026, no montante de até R\$ 25.229.120,35 não considerando os impactos das contribuições previdenciárias (INSS) a serem suportadas pela Companhia, incidentes sobre as remunerações fixa e variável. (VI) **Instalação do Conselho Fiscal da Companhia.** Adicionalmente, restou consignado que acionistas titulares de ações representativas de 0,21% do capital social da Companhia solicitaram a instalação do Conselho Fiscal. Tendo em vista o não atendimento do percentual mínimo previsto na Resolução CVM 70, de 22/03/2022, conforme alterada, o órgão não foi instalado para o exercício a se encerrar em 31/12/2026. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (I) **Atualização do valor do Capital Social no Estatuto Social.** Aprovar, com 64.666.777 votos favoráveis, 1.448 votos contrários e 5.529 abstenções, sem quaisquer reservas ou ressalvas, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para atualizar o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado. Desta forma, o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia será ajustado e passará a ter a seguinte redação: "Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 851.842.787,59, dividido em 95.840.489 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." § 1º. As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia. § 2º. Cada ação terá direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. § 3º. A Companhia não poderá emitir ações preferenciais e partes beneficiárias. § 4º. Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantém contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente." Fica consignado que, considerando todos os aumentos do capital social da Companhia aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas entre março de 2025 a fevereiro de 2026, nos termos dos artigos 6º e 7º do seu Estatuto Social, assim como, considerando a redução do capital social aprovada pela AGE de 12/09/2025, que também consolidou o Estatuto Social, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado corresponde a R\$ 851.842.787,59, dividido em 95.840.489 ações ordinárias, conforme detalhado a seguir: a) Em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 27/03/2025 o capital social da Companhia passou de R\$ 1.026.428.953,59 dividido em 94.058.972 ações ordinárias, para R\$ 1.028.062.583,79, dividido em 94.414.109 ações ordinárias; b) Em RCA realizada em 09/06/2025 o capital social da Companhia passou de R\$ 1.028.062.583,79 para R\$ 1.028.441.639,17, dividido em 94.507.243 ações ordinárias; c) Em RCA realizada em 21/08/2025 o capital social da Companhia passou de R\$ 1.028.441.639,17 para R\$ 1.028.565.239,17, dividido em 94.537.243 ações ordinárias; d) Em RCA realizada em 26/08/2025 o capital social da Companhia passou de R\$ 1.028.565.239,17 para R\$ 1.029.382.016,88, dividido em 94.735.010 ações ordinárias; e) Em AGE realizada em 12/09/2025 foi consolidado o Estatuto Social com o capital social de R\$ 1.029.382.016,88, dividido em 94.735.010 ações ordinárias, e aprovada a redução do capital social, no valor de R\$ 180.000.000,00, sem o cancelamento de ações, sujeito à oposição de credores, no prazo previsto na Lei das S.A.; f) Em RCA realizada em 13/10/2025 o capital social da Companhia passou de R\$ 1.029.382.016,88 para R\$ 1.029.711.485,90, dividido em 94.828.344 ações ordinárias, modificando o capital social registrado na ata da AGE realizada em 12/09/2025, conforme rerratificado neste ato, consequentemente, considerando a aprovação da redução do capital social, deliberada pela mesma AGE de 12/09/2025, o capital social da Companhia, totalmente integralizado, passou para R\$ 849.711.485,90, dividido em 94.828.344 ações ordinárias; g) Em RCA realizada em 03/12/2025 o capital social da Companhia passou de R\$ 849.711.485,90 para R\$ 849.923.428,45, dividido em 94.930.925 ações ordinárias; h) Em RCA realizada em 06/01/2026 o capital social da Companhia passou de R\$ 849.923.428,45 para R\$ 850.215.151,72, dividido em 95.051.972 ações ordinárias; i) Em RCA realizada em 18/02/2026 o capital social da Companhia passou de R\$ 850.215.151,72 para R\$ 851.511.946,17, dividido em 95.690.787 ações ordinárias; e j) Em RCA realizada em 26/02/2026, o capital social da Companhia passou de R\$ 851.511.946,17 para R\$ 851.842.787,59, dividido em 95.840.489 ações ordinárias. Desta forma, fica consignado e rerratificado que, conforme alterações do capital social da Companhia mencionadas nos itens (a) a (j) acima, realizado conforme os artigos 6º e 7º do seu Estatuto Social, mediante aprovação pelo Conselho de Administração em 13/10/2025, no curso do prazo de oposição de credores na redução do Capital Social aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 12/09/2025 ("AGE de 12/09/2025"), o capital social da companhia, passou a corresponder ao valor de R\$ 1.029.711.485,90, dividido em 94.828.344 ações ordinárias e não ao valor de R\$ 1.029.382.016,88 dividido em 94.735.010 ações ordinárias conforme restou consignado na ata da referida AGE de 12/09/2025. **Desta forma, na Ata da AGE de 12/09/2025 onde está escrito: "Com a Redução de Capital, o capital social da Companhia passará de R\$ 1.029.382.016,88, dividido em 94.735.010 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 849.382.016,88, dividido em 94.735.010 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." Leia-se: "Com a Redução de Capital, o capital social da Companhia passará de R\$ 1.029.711.485,90, dividido em 94.828.344 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal para R\$ 849.711.485,90, dividido em 94.828.344 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal." (II) **Consolidação do Estatuto Social.** Aprovar, por 64.666.717 votos favoráveis, 1.045 votos contrários e 5.992 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da aprovação das deliberações anteriores. Em razão da deliberação acima, passará o Estatuto Social da Companhia a vigorar na forma do Anexo II à presente ata, que contém a versão consolidada do referido documento, o qual ficará arquivado na sede da Companhia e cuja publicação fica dispensada tendo em vista a transcrição integral do artigo alterado acima. (III) **Autorização para os Administradores.** Autorizar, por 64.667.177 votos favoráveis, 1.045 votos contrários e 5.532 abstenções, os administradores da Companhia, por si ou pelos procuradores por ela designados, nos termos do seu Estatuto Social, a praticarem todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações ora aprovadas. **8. Encerramento:** Nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada. São Paulo, 24/04/2026. "A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio". Evaristo Dumont de Lucena Pereira – Presidente da Mesa; Caroline Freitas de Souza – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 221.651/26-3 em 27/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.**

Tekno S.A. Industria e Comercio

CNPJ nº 33.467.572/0001-34 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29/04/2026

Data, hora e local: Em 29/04/2026, às 8hs, reuniram-se os membros do Conselho de Administração. **Convocação e presença:** Convocação dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Alexandre Kalil Hanna; e Secretário: José Maria de Campos Maia Netto. **Deliberações aprovadas:** 5.1. Por unanimidade de votos foram eleitos pelos membros do Conselho de Administração, para o mandato a se encerrar na data da Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2028: (i) o Sr. Alexandre Kalil Hanna, brasileiro, engenheiro eletricista, como Presidente do Conselho de Administração; e (ii) o Sr. Paulo Henrique Wanick Mattos, brasileiro, contador, como Vice-Presidente do Conselho de Administração. 5.2. Por unanimidade de votos foram eleitos para compor a Diretoria da Companhia, para o mandato a se encerrar na data da Assembleia Geral da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2028: (i) Sr. Rodrigo Augusto Costa Deslandes, brasileiro, engenheiro eletricista, para o cargo de Diretor Presidente, a quem competirá o desenvolvimento da estratégia e coordenação geral dos negócios, incluindo coordenação da produção industrial e comercialização de produtos; (ii) Sr. Tiago Carneiro Mendes, brasileiro, economista, para o cargo de Diretor Financeiro, a quem competirá o planejamento, direção e controle do desempenho financeiro dos negócios, contemplando as funções de controladoria, controles internos e gestão de riscos; e (iii) Sr. José Maria de Campos Maia Netto, brasileiro, advogado, no cargo de Diretor de Relações com Investidores, a quem competirá a comunicação com investidores, bem como cumprimento das obrigações legais junto à CVM e demais órgãos reguladores, conforme os termos de posse que integram a presente ata sob a forma de seu Anexo I. 5.2.1. Os diretores ora eleitos (a) declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das S.A. e na Resolução CVM nº 80/2022 para a sua investidura como membros da Diretoria da Companhia; e (b) tomarão posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, os quais serão lavrados no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Nada mais. Guaratinguetá/SP, 29/04/2026. JUCESP nº 224.602/26-0 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Tekno S.A. Industria e Comercio

CNPJ nº 33.467.572/0001-34 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 12/03/2026

Data, hora e local: Em 12/03/2026, às 10hs, reuniram-se os membros do Conselho de Administração. **Convocação e presença:** Convocação dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Alexandre Kalil Hanna; e Secretário: José Maria de Campos Maia Netto. **Deliberações aprovadas:** Eleitos pelos membros do Conselho de Administração: (i) o Sr. Alexandre Kalil Hanna, brasileiro, engenheiro eletricista, como Presidente do Conselho de Administração; e (ii) o Sr. Paulo Henrique Wanick Mattos, brasileiro, contador, como Vice-Presidente do Conselho de Administração, ambos com mandato que perdurará até Assembleia Geral Ordinária de 2026. Nada mais. Guaratinguetá, SP, 12/03/2026. JUCESP nº 224.602/26-3 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Tekno S.A. Industria e Comercio

CNPJ/MF nº 33.467.572-0001-34 – NIRE 35.300.007.514 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2026

Local e data: Aos 29/04/2026, às 10h30, sob a forma exclusivamente digital. **Convocação e Presença:** Convocação publicada, no dia 27/03/2026, por meio do Sistema Empresas Net. Compareceu acionista representando 99,80% do capital social da Companhia com direito a voto, e por meio do boletim de voto a distância, acionista titular de 1 ação sem direito a voto. **Mesa:** Presidente: Paulo Henrique Wanick Mattos. Secretário: Paulo Cesar Prado Peixoto. **Deliberações aprovadas:** 1) Aprovar as contas dos administradores referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025; 2) Aprovar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes; publicados, na forma da Lei, em 27/03/2026; 3) Aprovar a proposta da administração para destinação do lucro líquido da companhia relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025, conforme segue: a) Distribuir aos Administradores, a título de participação nos lucros do exercício, a importância de R\$48.889,07, nos termos do Art. 20 do Estatuto Social e dentro dos limites fixados em Lei; b) Destinar a importância de R\$1.508.554,27 (Um milhão, quinhentos e oito mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e vinte e sete centavos), para ser incorporada à Reserva Legal nos termos do Parágrafo 2º, do Art. 33 do Estatuto Social; c) Imputar ao dividendo mínimo obrigatório, correspondente a R\$7.165.632,68, já integralmente satisfeito pelas distribuições realizadas no curso do exercício, consistentes nos valores abaixo, não havendo, portanto, dividendos adicionais a declarar: i) os dividendos intermediários no montante de R\$11.558.150,29, deliberados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/10/2025; e ii) os juros sobre o capital próprio no montante de R\$4.720.343,95, declarados pelo Conselho de Administração em 25/03/2025 e pagos em 05 e 28/11/2025, com a retenção do imposto de renda na fonte incidente, nos termos da legislação aplicável. d) Destinar a importância de R\$12.384.036,87 provenientes dos lucros remanescentes do exercício, à Reserva Estatutária, de acordo com o previsto no parágrafo 4º, do artigo 33 do referido Estatuto. 4) Aprovar a remuneração global dos administradores da Companhia, para o exercício social do ano de 2026, no montante de R\$1.107.000,00, a ser distribuída entre os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria, incluindo não apenas a remuneração mensal, como também remuneração variável, bônus, benefícios e ou outras condições acordadas para o exercício de suas respectivas funções. Neste montante não estão incluídos os encargos sociais. 5) Eleger para o Conselho de Administração com mandato de 3 anos a determinar a Assembleia Geral Ordinária de 2029, os Srs: a) Alexandre Kalil Hanna, brasileiro, engenheiro eletricista, eleito pela acionista controladora, como conselheiro; b) Paulo Henrique Wanick Mattos, brasileiro, contador, eleito pela acionista controladora, como conselheiro; c) Benjamim Mário Baptista Filho, brasileiro, engenheiro metalúrgico, eleito pela acionista controladora, como conselheiro independente. Fica consignado que, com base nas informações recebidas pela administração da Companhia, nos termos da legislação aplicável, os conselheiros ora eleitos estão em condições de firmar as declarações de desimpedimento mencionadas no art. 147, §4º da Lei das S.A. e no art. 2º e seus incisos do Anexo K à 4 Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, que ficarão arquivadas na sede da Companhia. Fica consignado que os membros do Conselho de Administração ora eleitos tomarão posse em seus respectivos cargos no prazo de até 30 dias contados da presente data, mediante assinatura do respectivo termo de posse a ser lavrado em livro próprio da Companhia, acompanhado da respectiva declaração de desimpedimento. A Assembleia consignou que não será instalado Conselho Fiscal para o exercício social em curso. Nada mais. JUCESP nº 224.603/26-7 em 01/06/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Empresa de Transportes Itaquera Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 08.571.173/0001-71 – NIRE nº 35.300.338.219

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Os senhores acionistas ficam convocados para se reunirem na AGE, na sede da Companhia às 09h30 do dia 20 de junho de 2026 em 1ª convocação, na sede social, às 09h30 do dia 20 de junho de 2026, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia. Na Assembleia Geral Extraordinária, as matérias constantes do artigo 132 da Lei das S/A. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1- Eleição da Diretoria para o triênio 01 de julho de 2026 a 30 de junho de 2029. 2- Outros assuntos de interesse da Companhia. Aviso: Os documentos do artigo 133 da Lei 6.404/76 estão disponíveis aos Senhores Acionistas na sede social e podem ser solicitados na internet. São Paulo, 10 de junho de 2026. (11, 12 e 13/06/2026)

Trinity Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 17.077.752/0001-53 – NIRE 35300584465

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

João Alberto B. Sanches, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 10º do Estatuto Social, c/c. o art. 123, da Lei nº 6.404/76, convoca os acionistas para a Assembleia Geral Extraordinária da Trinity Energias Renováveis S.A., a ser realizada na sede da Companhia, nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº134, 12º andar – Conjunto 121, CEP 04551-000, no dia 30 de junho de 2026, às 10:00 horas em primeira convocação, se presentes acionistas representativos de 3/4 (três quartos) do capital social, e às 10:15 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte Ordem do Dia. a) Recepcionar os esclarecimentos solicitados pela Companhia aos acionistas Green Energia Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia e Espadarte Energias Renováveis, Empreendimentos e Participações S.A. acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2026, especialmente no que se refere aos fatos de elevada gravidade mencionados na decisão proferida nos autos da Petição nº 15.873/DF (STF). b) Caso os esclarecimentos descritos no item supra não sejam considerados satisfatórios, deliberar sobre o início do procedimento relacionado a solução de Impasse, nos termos do quanto disposto do Capítulo XVII do Acordo de Acionistas da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas que assim quiserem poderão ser representados por procuração específica, outorgada de acordo com os requisitos previstos no Estatuto Social; a documentação referente às deliberações está à disposição dos acionistas na sede da Companhia. São Paulo, 2 de junho de 2026. João Alberto B. Sanches. (10,11 e 12/06/2026)



NEGÓCIOS

Acordo Mercosul-UE só deve ter chancela de tribunal europeu no fim de 2027



A tramitação do acordo entre o Mercosul e a União Europeia no TJUE (Tribunal de Justiça da União Europeia) pode atrasar a implementação definitiva do livre comércio entre os dois blocos econômicos em até 15 meses, segundo autoridades europeias ouvidas pela reportagem. Isso significa que a chancela final dos europeus ao tratado só deve ocorrer no fim de 2027.

Em janeiro deste ano, o Parlamento Europeu travou a tramitação do acordo ao solicitar uma revisão jurídica na corte, em Luxemburgo, menos de uma semana depois da assinatura.

Autoridades brasileiras e europeias avaliam que o movimento foi meramente

político para adiar a implementação total, tendo em vista a resistência de alguns países em relação ao acordo, como França e Polônia, por pressão dos agricultores locais.

Ainda que o processo demore, há pouca expectativa de que o tribunal europeu impeça a implementação do acordo. Composto por 27 membros, representando cada um dos países-membros da UE, seria preciso haver um consenso para que a corte solicitasse alguma revisão ou decretasse alguma irregularidade. Contestações semelhantes que mais demoraram chegaram a 26 meses.

Embora a parte comercial do acordo já esteja sendo aplicada provisoriamente desde o início de maio, a aprovação definitiva eliminaria as incertezas jurídicas e políticas que ainda cercam o tratado. Na prática, empresas dos dois blocos já podem negociar com redução de tarifas e cotas negociadas, mas a ratificação final pela Justiça e pelo Parlamento Europeu daria caráter permanente ao acordo e abriria caminho para o avanço de mecanismos mais amplos de cooperação política entre os blocos.

"Estamos supremamente confiantes. O acordo é perfeitamente legal, de acordo com as regras europeias", afirmou Olof Gill, porta-voz para Comércio da Comissão Europeia.

Embora a parte comercial do acordo já esteja sendo aplicada provisoriamente desde o início de maio, a aprovação definitiva eliminaria as incertezas jurídicas e políticas que ainda cercam o tratado. Na prática, empresas dos dois blocos já podem negociar com redução de tarifas e cotas negociadas, mas a ratificação final pela Justiça e pelo Parlamento Europeu daria caráter permanente ao acordo e abriria caminho para o avanço de mecanismos mais amplos de cooperação política entre os blocos.

Folhapress

Com sucesso de vendas, Onitsuka Tiger, da Asics, ganha operação própria



A japonesa Asics anunciou nesta quarta-feira (10) que irá separar sua divisão de luxo Onitsuka Tiger para acelerar a tomada de decisões em uma marca que tem sido um importante motor de lucros, graças ao boom do turismo e ao aumento da demanda por seus tênis esportivos de inspiração retrô.

De acordo com o plano, a Onitsuka Tiger, com quase 80 anos de história, será transferida para o OT Group, uma subsidiária integral, por meio de uma cisão societária que entrará em vigor em 1º de janeiro.

Não há planos de abrir o capital do OT Group, afirmou o presidente-executivo da Asics, Yasuhito Hirota, em uma coletiva de imprensa.

O aumento vertiginoso

nas vendas da Onitsuka Tiger levou a quatro anos consecutivos de lucro recorde para a Asics.

As ações da empresa, que concorre com marcas como Nike, Adidas e Puma, valorizaram-se cerca de sete vezes nos últimos cinco anos, conferindo-lhe um valor de mercado de cerca de US\$ 20 bilhões.

"À medida que as organizações crescem demais, a tomada de decisões costuma ficar mais lenta, pois as aprovações se tornam mais complexas e demoradas", disse Tatsunori Kawai, estrategista-chefe da Mitsubishi UFJ ESmart Securities.

"Portanto, uma cisão é uma medida ideal para essas empresas em rápido crescimento."

Ryoji Shoda, nomeado presidente-executivo do re-

nesta quarta-feira que a fábrica poderia suportar a produção para novas vendas que a Saab eventualmente fará na América do Sul e "talvez até em outros países, se eles precisarem de capacidade adicional".

De acordo com a Suécia, o Brasil manifestou interesse na compra de mais 20 caças Gripen.

No segmento militar, a Embraer está focada em aviões como o jato de carga C-390 Millennium e a aeronave de ataque leve Super Tucano.

CNN



cém-criado OT Group, disse que a retirada da marca dos EUA em 2023 se deveu, em parte, a um conflito de abordagem entre a administração da Asics America e da Onitsuka Tiger.

"Houve muita dificuldade em chegar a um consenso sobre como encarávamos a moda e o esporte", disse ele.

"Nesse sentido, ao separar a empresa, podemos gerenciar várias questões a partir da sede no Japão e podemos recomeçar (nos EUA)." No Japão, a marca também inaugurará o que será sua maior loja flagship no movimentado bairro de Shinjuku, em Tóquio, no dia 10 de julho, seguida por outra em Nagoya, no centro do Japão, em agosto. Lojas flagship também estão planejadas para Xangai, Milão e Seul até setembro.

CNN